

## **Ata da Segunda Reunião Ordinária do Fórum dos Diretores de TIC da Justiça do Trabalho**

26 e 27 de março de 2014

Local: Maceió - AL

COLEPRECOR

1 - MNI - Quanto ao modelo nacional de interoperabilidade instituído pelo CNJ na resolução 3/2013 é consenso de todos os TRTs que o principal sistema de tramitação e controle processual judicial em atividade no âmbito da JT é o PJe. Dessa forma foi entendimento comum que a resposta ao ofício do CNJ que solicita cronograma para a implantação do modelo, deve ser dada pelo CSJT. Foi noticiado que o comitê gestor nacional do PJE no CSJT, já está ciente do assunto e irá encaminhar a devida resposta ao CNJ.

2 - Gestão por Competência – Apresentação da solução do TRT6. O sistema foi apresentado pelo diretor de TI do TRT6 ficando claro que suas funcionalidades atendem a maioria das demandas relacionadas a software para apoio a gestão por competência dos TRTs. Considerando que existe projeto idêntico em andamento na maior parte dos TRTs, este fórum sugere que estudo objetivando um projeto nacional e a realização de um fórum com a participação dos gestores as áreas de RH para que a solução de software do TRT6 possa ser apresentada a todos. O diretor de TI do TRT6 ficou com a incumbência de entrar em contato a área de RH daquele TRT6 verificando a possibilidade da realização do Fórum de Gestão por Competência no TRT6.

3 - Posicionamento do CSJT quanto aos projetos nacionais. Antônio Pereira relatou quanto ao andamento para as descentralizações das licitações já concluídas e aptas para compra. Foi informado que será enviado uma planilha com todas as atas já aptas solicitando manifestação dos TRTs o dia 4/4 objetivando subsidiar a reunião do CGTIC que ocorrerá no dia 9/4. Especificamente com relação à ata para aquisição do filtro de conteúdo web o fórum manifestou sua preocupação quanto à alegação por parte da empresa vencedora de que não será possível a entrega do equipamento ofertado sendo que um pedido de troca de equipamento foi encaminhado para o TRT2 que é o órgão detentor da ata. A preocupação tem motivação especial por se tratar de equipamento crítico que já está sem garantia e com limitações em vários

regionais.

#### 4 – Apresentação da ferramenta de BI Sense.

Foi apresentada a ferramenta de BI Sense que foi utilizada em um projeto piloto no TRT-PI. O foco da solução são os dispositivos móveis.

#### 5 – PJe

Atualmente existem oito TRTs que já realizaram a implantação do PJe versão 1.4.8. Foram feitos relatos dos problemas apresentados na nova versão dentre eles e principalmente os que envolvem o segundo grau. O TRT-CE relatou que está enfrentando graves problemas para realizar sessões no segundo grau. Atualmente o TRT7, TRT9, TRT17, TRT18, TRT21, TRT22, TRT23 e TRT24 estão com esta versão em produção. De modo geral, face aos problemas relatados, fica entendido que novas implantações não devem ser incentivadas até a correção dos bugs que estão impactando na usabilidade do sistema. Foi debatido quanto a demanda para instalação do PJe em computadores pessoais de servidores e magistrados. Considerando os riscos e a oneração que isso pode acarretar para as áreas de suporte de TI nos Regionais o Fórum entende que essa prática não é viável. Foi registrado que somente TRT-BA e TRT-MS atendem esse tipo de demanda. Quanto a utilização da CLE, ficou registrado que apenas os TRT2, TRT3, TRT7 e TRT9 estão usando esse módulo do PJe. Dentre os relatos chama a atenção a necessidade de normatização para a utilização interna com definições específicas de como deverá ser realizada a migração dos processos físicos para o PJe.

#### 6 – Outsourcing de impressão

Considerando os relatos quanto à implantação de outsourcing de impressão no TRT-GO, apontando para vários benefícios dentre eles principalmente a economicidade. O Fórum delibera pela proposição de estudos visando um projeto nacional que possa atender a todos os regionais ficando assim o encaminhamento para análise do CGTIC.

#### 7 – Apresentação do projeto de gravação de áudio e vídeo do TRT13

O TRT-PB realizou uma apresentação do projeto em andamento naquele TRT e que prevê o desenvolvimento de software para gravação e transmissão de vídeo objetivando a utilização nas sessões do segundo grau. Como existem outros TRTs com interesse na solução, uma possível colaboração ficou de ser analisada pelos TRTs interessados.

#### 8 – Resolução 182/2013 do CNJ

O debate em torno da resolução 182/2013 do CNJ teve como foco as dificuldades que estão sendo encontradas para sua implementação nos TRTs. Ficou claro que alguns TRTs estão mais avançados e já desenvolveram fluxos para os processos de aquisição tendo sua utilização como obrigatória em todo tipo de aquisição de TI. Uma das maiores dificuldades relatadas diz respeito ao envolvimento das

áreas demandantes, que a partir da referida resolução devem estar envolvidas em todo o processo de aquisição explicitando de forma objetiva em que a demanda vai contribuir para o negocio. O representante do CSJT, Antonio Pereira, noticiou que o CSJT está trabalhando em uma formalização no âmbito da JT complementar à resolução 182, envolvendo outros aspectos além do planejamento da contratação. Ressaltou a necessidade de promover a mudança de cultura necessária para a adaptação à Resolução 182, em particular no que concerne à efetiva participação da área administrativa e áreas demandantes, de acordo com os papéis estabelecidos na resolução.

